

PAUTA DA 13º (DÉCIMA TERCEIRA) SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

02 DE DEZEMBRO DE 2025 – TERÇA-FEIRA

PAUTA DO DIA **VOTAÇÃO DE PROJETO DE LEI**

- **Projeto de Lei Nº 02/2025:** dispõe sobre a limitação de gastos públicos com a contratação de shows artísticos, eventos e festividades no âmbito do município de Marcelino Vieira/RN, e dá outras providências.
Autoria: Vereador Aurivones Alves
- **Projeto de Lei Nº 24/2025:** Estabelece normas de apreensão de animais no perímetro urbano, determina critérios para a liberação e dá outras providências.
Autoria: Poder Executivo.
- **Projeto de Lei Nº 25/2025:** dispõe sobre a associação do município de Marcelino Vieira-RN ao polo turístico do oeste potiguar - IGR oeste potiguar e dá outras providências.
Autoria: Poder Executivo.

EXPEDIENTE DO DIA

- **Indicação nº 08/2025:** indica ao poder executivo municipal a necessidade de disponibilização de um fisioterapeuta para atendimento à população do sítio Vila Ana Henrique, zona rural do município de Marcelino Vieira-RN.
Autoria: Vereador Tamarck Luiz



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MARCELINO VIEIRA-RN
PALÁCIO MANOEL VICENTE DE OLIVEIRA
CNPJ: 08.392.995/0001-95

PROJETO DE LEI Nº 002 /2025

Dispõe sobre a limitação de gastos públicos com a contratação de shows artísticos, eventos e festividades no âmbito do Município de Marcelino Vieira/RN, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA/RN aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecido que os gastos do Poder Executivo Municipal com a contratação de shows artísticos, eventos culturais, festividades e similares, realizados com recursos próprios do Município, não poderão exceder, por exercício financeiro, o limite de 1% (percentual) da receita corrente líquida do Município apurada no exercício anterior.

Art. 2º Para fins desta Lei, consideram-se shows artísticos, eventos culturais e festividades quaisquer apresentações, espetáculos musicais, festivais, comemorações, inaugurações festivas e demais atividades similares contratadas pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 3º A realização de shows, festividades e eventos de grande porte somente poderá ocorrer quando:

- I – houver disponibilidade financeira comprovada;
- II – estiverem devidamente quitadas as obrigações constitucionais nas áreas de Saúde e Educação;
- III – não houver débitos vencidos com servidores, fornecedores ou prestadores de serviços essenciais.

Art. 4º Os editais e contratos para realização dos eventos mencionados nesta Lei deverão ser publicados, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no Portal da Transparência do Município, contendo o detalhamento dos custos.



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MARCELINO VIEIRA-RN
PALÁCIO MANDEL VICENTE DE OLIVEIRA
CNPJ: 08.392.995/0001-95

Art. 5º Esta Lei não se aplica a:

- I – eventos custeados integralmente por recursos estaduais, federais ou privados, sem contrapartida financeira do Município;
- II – atividades pedagógicas e culturais realizadas diretamente pelas Secretarias Municipais de Educação e Cultura, com recursos próprios já previstos no orçamento.

Art. 6º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Marcelino Vieira/RN, 29 de setembro 2025.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo estabelecer limites aos gastos do Poder Executivo Municipal com a realização de shows artísticos, eventos culturais e festividades custeados com recursos próprios do Município de Marcelino Vieira/RN.

Embora eventos culturais e festividades possam ter relevância social e turística, é dever do Poder Público priorizar, de forma responsável, os serviços essenciais à população, notadamente a saúde, a educação e o transporte escolar.

Atualmente, verifica-se que o Município de Marcelino Vieira/RN enfrenta graves desafios na prestação de serviços básicos de saúde, especialmente no atendimento primário, bem como na qualidade e regularidade do transporte escolar, prejudicando diretamente os cidadãos, sobretudo os mais vulneráveis. Enquanto isso, observam-se gastos significativos com festas e shows, que, embora possam trazer momentos de lazer, não atendem às necessidades urgentes da coletividade.

Neste contexto, o Projeto de Lei propõe que os gastos com festividades e shows sejam limitados a um percentual da Receita Corrente Líquida do Município,



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MARCELINO VIEIRA-RN
PALÁCIO MANOEL VICENTE DE OLIVEIRA
CNPJ: 08.392.995/0001-95

garantindo que os recursos públicos sejam aplicados de forma equilibrada, transparente e com prioridade para áreas essenciais.

Ao fixar um teto para essas despesas, a presente proposição visa:

1. Assegurar que recursos municipais não comprometam investimentos em saúde, educação e transporte escolar;
2. Promover maior responsabilidade fiscal e social na aplicação do dinheiro público;
3. Estimular a transparência e o controle social sobre os gastos com eventos.

Ressalta ainda que o presente projeto de lei se fundamentou em um enquete realizada por esse parlamentar, em que 73% dos participantes concordam com a criação de uma lei que estabelece limites de gasto com shows.

Diante do exposto, a aprovação deste Projeto de Lei representa um importante instrumento para reforçar a gestão responsável dos recursos públicos e o compromisso do Município com a qualidade de vida da população.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 2025

AURIVONES ALVES DO
NASCIMENTO:02050287
488

Assinado de forma digital por
AURIVONES ALVES DO
NASCIMENTO:02050287488
Dados: 2025.09.20 22:50:34 -03'00'

Aurivones Alves do Nascimento
Vereador do Partido

Projeto de Lei n. 24/2025, de 06 de Novembro de 2025

Estabelece normas de apreensão de animais no perímetro urbano, determina critérios para a liberação e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Marcelino Vieira-RN, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte lei;

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º. Esta Lei tem por finalidade estabelecer normas para a manutenção da zona urbana a salvo da invasão de animais brutos.

Parágrafo Único. Consideram-se animais brutos para efeitos desta lei:

- I** - Animais cujas características são típicas de criação campestre;
- II** - Animais que por sua natureza ofereça risco à integridade física dos cidadãos;
- III** - Animais que, mesmo sendo considerados domésticos, cause prejuízos a terceiros;
- IV** - Animais vadios.

CAPÍTULO II DO PODER DE POLÍCIA E DAS CONDIÇÕES PARA LIBERAÇÃO

Art. 2º. Para que se cumpra a finalidade descrita no artigo anterior, o Poder Executivo, através de Secretarias integralizadas, manterá fiscais em vias públicas com a finalidade de cumprir a presente lei;

Art. 3º. No exercício de seu ofício, o fiscal obedecerá às seguintes normas:

- I-** O animal que se encontrar na via pública solto e desacompanhado de seu guia, será apreendido e o seu proprietário ficará sujeito as sanções descritas nos Art. 4º, para a sua liberação;
- II-** Durante o período de apreensão dos animais, que não será superior a oito dias a partir do fato apreensivo, o Poder Público é responsável pela sua alimentação e guarda;

Art. 4º. Uma vez realizada a apreensão de animais, o proprietário sujeitar-se-á ao pagamento de taxa diária de custos de manutenção, por cabeça, prevista no Anexo I desta Lei, para ter assegurado a liberação do animal;

Parágrafo Único. A taxa de que trata o *caput* deste artigo é destinada ao ressarcimento das despesas que o Poder Público realizar durante o período de apreensão dos animais;

CAPÍTULO III

DA DESTINAÇÃO DOS ANIMAIS APREENDIDOS NÃO REQUISITADOS POR SEUS PROPRIETÁRIOS

Art. 5º. Na hipótese de os animais não serem requisitados por seus proprietários no transcurso do prazo previsto no inciso III do Art. 3º, o Poder Público tomará as seguintes providências:

I - Sendo animais que culturalmente são usados para consumo humano, e estando estes em perfeitas condições de saúde, serão abatidos sob inspeção sanitária do município e sua carne destinada às creches e unidades escolares municipais;

II - Sendo animais cuja carne não seja utilizada para consumo humano, serão estes doados a pessoas físicas ou jurídicas radicadas fora da zona urbana;

§ Único - A doação determinada no inciso II deste artigo, será feita mediante Termo de Doação preparado pelo órgão doador, em que conste a identificação do beneficiário, a espécie do animal doado com suas características físicas, o local da destinação e a data de sua assunção pelo beneficiário;

CAPÍTULO IV

DO RECOLHIMENTO FISCAL E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º. O recolhimento da taxa de apreensão prevista nesta Lei será feito mediante documento fiscal em que conste a inscrição da Prefeitura no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), preenchido pelo setor de arrecadação do Município e bem como a identificação do agente arrecadador;

Art. 7º. Após o pagamento da taxa de apreensão, o agente pagador receberá uma guia de quitação do documento fiscal de que trata o Art. 6º, para apresentar ao servidor responsável pela observação e alimentação dos animais apreendidos a fim de liberá-los;

Art. 8º. A receita resultante da aplicação da taxa prevista nesta Lei será aplicada na conta de Tributos e Taxas diversos, mantida pelo Poder Público em agência bancária oficial;

Art. 9º. Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir mantimentos para os animais durante o prazo de apreensão;

Art. 10. São terminantemente proibidas quaisquer práticas de maus tratos contra animais sob a apreensão e guarda do Poder Público;

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira-RN.
Gabinete do Prefeito, em 07/11/2025.

HINDEMBERG
PONTES DE
LIMA:50292382472

Assinado de forma digital por
HINDEMBERG PONTES DE
LIMA:50292382472
Dados: 2025.11.07 11:34:42
-03'00'

Hindemberg Pontes de Lima
PREFEITO

Anexo I

I - Liberação do Animal por Cabeça

PORTE	ESPÉCIE	VALOR DA MULTA
Grande Porte	Equinos, Assinos e Bovinos	R\$ 50,00
Pequeno Porte	Gaprinos, Ovinos e Suínos	R\$ 20,00

II – Taxa de Permanência Diária do Animal por Cabeça

PORTE	ESPÉCIE	VALOR DA MULTA
Grande Porte	Equinos, Assinos e Bovinos	R\$ 15,00
Pequeno Porte	Gaprinos, Ovinos e Suínos	R\$ 05,00



Projeto de Lei n. 25/2025, de 10 de Novembro de 2025

Dispõe sobre a associação do Município de Marcelino Vieira-RN ao Polo Turístico do Oeste Potiguar - IGR OESTE POTIGUAR e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Marcelino Vieira-RN, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei;

Art. 1º. Esta lei tem por objetivo formalizar a adesão do Município de Marcelino Vieira-RN ao Polo Turístico do Oeste Potiguar - IGR OESTE POTIGUAR, promovendo o fortalecimento da cooperação intermunicipal, intersetorial e o desenvolvimento regional integrado do turismo;

Art. 2º. Ficam estabelecidas as seguintes diretrizes para a execução desta lei:

- I - A participação ativa do Município nas reuniões e decisões da instância de governança;
- II - A cooperação técnica, financeira e administrativa em iniciativas de interesse comum;
- III - A promoção do desenvolvimento socioeconômico e da sustentabilidade na região, especialmente relacionadas às políticas públicas de turismo.

Art. 3º. Os órgãos competentes serão responsáveis pela fiscalização e execução desta lei, conforme normativas específicas, assumindo a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo a gestão direta e assento na Assembleia com poderes de voz e voto, por intermédio do(a) Secretário(a) em exercício;

Art. 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir com a mensalidade associativa decidida em assembleia, no valor e periodicidade constantes nos registros oficiais;

Art. 5º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer a atualização periódica do valor da contribuição para a referida Associação, desde que haja recursos financeiros disponíveis e o aumento seja decidido em assembleia e com o devido registro e solicitação formal;

Art. 6º. O Poder Executivo Municipal, para assegurar o cumprimento da presente lei, disporá dos recursos para esse fim constantes na LOA - Lei Orçamentária Anual e criará elemento de despesa exclusivo para essa finalidade;

Art. 7º. O descumprimento das disposições desta lei acarretará as sanções previstas em legislação vigente;

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando suas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira-RN.
Gabinete do Prefeito, em 10/11/2025.

HINDEMBERG
PONTES DE
LIMA:50292382472

Assinado de forma digital
por HINDEMBERG PONTES
DE LIMA:50292382472
Dados: 2025.11.10 11:55:50
-03'00'

Hindemberg Pontes de Lima

PREFEITO

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa formalizar a adesão do Município de Marcelino Vieira-RN ao Polo Turístico do Oeste Potiguar - IGR OESTE POTIGUAR, reconhecendo a importância da cooperação intermunicipal e intersetorial para o desenvolvimento regional e do turismo;

A IGR OESTE POTIGUAR foi constituída em 08 de agosto de 2023, com sede na cidade de Apodi - RN, cujo objetivo é de fomentar políticas de regionalização do turismo, a partir de diretrizes do Ministério do Turismo;

A mencionada associação foi criada a partir de iniciativa da Secretaria de Estado do Turismo do RN – SETUR-RN para operacionalizar a consecução das normativas constitucionais e ministerial de integração e capilarização das políticas públicas de turismo e interface da Administração Pública com os demais setores da sociedade, em especial o poder privado e o terceiro setor;

Imbuída de um caráter híbrido na sua formação, a Associação da IGR OESTE POTIGUAR congrega nove municípios geograficamente inseridos na Região do Oeste Potiguar e visa dar prioridade a políticas e investimentos coletivos e integrados que impulsionem o desenvolvimento econômico, social, cultural e artístico dos municípios, empresas e sociedade civil organizada, beneficiando, por recursos próprios e arrecadados, todos os associados e a sua população;

Cabe ainda ressaltar a importância da participação do município na Instância de Governança Regional, considerando que a Associação representa mais uma possibilidade de investimento e arrecadação de fundos para direcioná-los a projetos em que Marcelino Vieira aufera significativos ganhos na pasta do Turismo e consequentemente do seu desenvolvimento integrado;

A associação, como entidade civil sem fins lucrativos, visa reunir os Poderes do Executivo Municipal das cidades integrantes da Região do Oeste Potiguar, os empresários e empreendedores e sociedade civil organizada para tomada tripartite de decisão, participação popular, que representa um avanço no processo decisório, majoritariamente consultivo e democrático;

Sendo assim, além da possibilidade de apresentação de projetos que incluam o município como receptor de recursos para incrementos dos equipamentos turísticos e infraestrutura, a contribuição mensal associativa representará uma importante participação do Poder Municipal da cidade no custeio e, principalmente, investimento da cidade na pasta do turismo local e regional;

A participação do Município nesta instância permitirá a articulação de estratégias conjuntas voltadas para o crescimento econômico, a melhoria dos serviços públicos e a sustentabilidade ambiental. Além disso, facilitará o acesso a recursos e programas estaduais e federais, ampliando as oportunidades de investimento e desenvolvimento para a população local;

Diante do exposto, solicita-se a aprovação deste projeto de lei para viabilizar a inserção do Município em uma governança regional estruturada, trazendo benefícios significativos para toda a comunidade.

Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira-RN.
Gabinete do Prefeito, em 10/11/2025.

HINDEMBERG
PONTES DE
LIMA:50292382472

Assinado de forma digital
por HINDEMBERG PONTES
DE LIMA:50292382472
Dados: 2025.11.10 11:55:36
-03'00'

Hindemberg Pontes de Lima
PREFEITO

MARCELINO VIEIRA - RN



INDICAÇÃO Nº 008/2025
CÂMARA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-RN
PALÁCIO MANOEL VICENTE DE OLIVEIRA
CNPJ: 08.392.995/0001-95
Travessa Neo Pontes, SN - Centro, Marcelino Vieira-RN

Autoria do Vereador: Tamarck Luiz Silvestre - PV

RECEBIDO EM

12/11/2025

Jatasha

Assunto: Indica ao Poder Executivo Municipal a necessidade de disponibilização de um fisioterapeuta para atendimento à população do Sítio Vila Ana Henrique, zona rural do município de Marcelino Vieira/RN.

Senhor Presidente Francisco Belarmino Filho,

O Vereador TAMARCK LUIZ SILVESTRE, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, respeitosamente, indicar ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Marcelino Vieira/RN que seja disponibilizado atendimento fisioterapêutico regular para a comunidade residente no Sítio Vila Ana Henrique, zona rural deste município.

Justificativa:

A presente indicação tem como objetivo atender a uma importante demanda da população local, que carece de acompanhamento fisioterapêutico contínuo, especialmente pessoas idosas, portadoras de deficiências físicas e pacientes em processo de reabilitação.

A ausência de profissionais dessa **área** na localidade obriga os moradores a se deslocarem até a sede do município, o **que** muitas vezes inviabiliza o tratamento e compromete a recuperação dos pacientes.

Dessa forma, a presença de uma fisioterapeuta na comunidade Vila Ana Henrique proporcionará melhor **qualidade** de vida, prevenção de sequelas e reabilitação adequada, promovendo **saúde** e bem-estar à população.

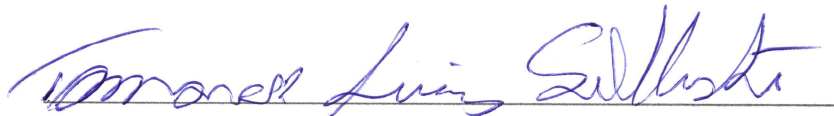


CÂMARA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-RN
PALÁCIO MANOEL VICENTE DE OLIVEIRA

CNPJ: 08.392.995/0001-95

Nos termos acima, espera a aprovação desta indicação.
Travessa Neo Fontes, SN - Centro, Marcelino Vieira-RN

Marcelino Vieira-RN, 12 de novembro de 2025.



TAMARCK LUIZ SILVESTRE

VEREADOR